



Prova Escrita Objetiva e Discursiva – Nível Superior

ANALISTA DA DEFENSORIA PÚBLICA - ESPECIALIDADE - ANALISTA EM ASSISTÊNCIA SOCIAL

Tipo 1 – BRANCA



SUA PROVA

Além deste caderno de prova, contendo setenta questões objetivas e o tema de redação, você receberá do fiscal de sala:

- uma folha destinada às respostas das questões objetivas
- um caderno de respostas destinado à redação



TEMPO

- **5 horas** é o tempo disponível para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação da folha de respostas da prova objetiva e elaboração do texto definitivo da redação
- **2 horas** após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de prova
- **1 hora** antes do término do período de prova é possível retirar-se da sala levando o caderno de prova



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova
- Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala



INFORMAÇÕES GERAIS

- As questões objetivas têm cinco alternativas de resposta (A, B, C, D, E) e somente uma delas está correta
- Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher a folha de respostas
- Use somente caneta esferográfica, em material transparente, com tinta preta ou azul
- Assine seu nome apenas nos espaços reservados
- Marque na folha de respostas o campo relativo à confirmação do tipo/cor de prova, conforme o caderno recebido
- O preenchimento das respostas da prova objetiva é de sua responsabilidade e não será permitida a troca da folha de respostas em caso de erro
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento de suas respostas. Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas da prova objetiva, não sendo permitido anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de prova
- A FGV coletará as impressões digitais dos candidatos na folha de respostas
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas

Língua Portuguesa

TEXTO 1 – O mito da maioria penal

Marcelo Freixo, O Globo, 02/04/2015

“Quando falo sobre redução da maioria penal, costume dizer que a sociedade precisa decidir em que banco quer ver a juventude. Se no banco da escola ou no banco dos réus. Antontem, o Congresso Nacional sinalizou que prefere a segunda opção. A Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados aprovou a constitucionalidade da PEC que reduz a maioria penal de 18 para 16 anos”.

1

Segundo o exposto no texto 1, depreende-se que o autor do texto:

- (A) apoia a decisão da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara;
- (B) critica o sistema educacional, incapaz de manter as crianças na escola;
- (C) desaprova a redução da maioria penal de 18 para 16 anos;
- (D) lamenta afetivamente o encaminhamento de menores para a prisão;
- (E) aplaude a aprovação da constitucionalidade da PEC que reduz a maioria penal.

2

O autor do texto 1 apela para algumas estratégias argumentativas; a estratégia identificada de forma correta e adequada ao texto é:

- (A) a criação de autoridade para os seus argumentos ao citar a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados;
- (B) o aumento da força de seus argumentos ao colocar as opiniões em primeira pessoa do singular;
- (C) o apelo à intimidação do leitor, antecipando os perigos sociais de uma parte delinquente de nossa juventude;
- (D) a utilização de um falso argumento “ou um ou outro”, ao dizer “no banco da escola ou no banco dos réus”;
- (E) o uso de argumento apoiado em pública autoridade ao indicar a preferência do Congresso Nacional pela redução da maioria penal.

3

“Se no banco da escola ou no banco dos réus. Antontem, o Congresso Nacional sinalizou que prefere a segunda opção”.

A forma correta dos demonstrativos na substituição do termo sublinhado é:

- (A) esse/àquele;
- (B) este/àquele;
- (C) aquele a esse;
- (D) aquele a este;
- (E) esse a este.

4

A charge abaixo, publicada no jornal O Dia (PI) em 1 de abril de 2015, produz humor apoiada numa figura de linguagem expressa graficamente, figura essa denominada:



CHARGEONLINE.com.br - © Copyright do autor

- (A) metáfora;
- (B) metonímia;
- (C) hipérbole;
- (D) pleonasma;
- (E) catacrese.

5



CHARGEONLINE.com.br - © Copyright do autor

A charge acima, do caricaturista Samuca, publicada no Diário de Pernambuco em 1 de abril de 2015, expõe um dos pontos de vista sobre a redução da maioria penal, que pode ser expresso na seguinte frase:

- (A) A infância abandonada pelos pais, que passam todo o dia fora de casa, acaba por cometer delitos que a levam para a cadeia;
- (B) O fato de muitas crianças trocarem a sala de aula pelo campo de futebol pode ser o início de uma vida na ilegalidade;
- (C) Crianças devem ser tratadas como tais e não serem passíveis de penas que atingem os adultos;
- (D) O futebol, como outros esportes, pode servir de caminho para que as crianças não ingressem no mundo do crime;
- (E) A redução da maioria penal não deve atingir as crianças muito pequenas, que devem ocupar seu tempo em estudo e divertimento.

6

Abaixo foram transcritos trechos de cartas de leitores de um jornal sobre a maioridade penal; a opção cujo posicionamento contraria especificamente uma afirmação do texto 1 é:

- (A) “Ser a favor ou contra a redução da maioridade penal é um direito inalienável de cada cidadão, mas, alegar que a redução de 18 para 16 anos colocará a nossa juventude no sistema prisional é o mesmo que confundir alhos com bugalhos”.
- (B) “O discurso contrário à redução da maioridade penal é o mesmo, assim como as justificativas para não adotá-la no país. Uma delas é a questão da precariedade do sistema penitenciário no Brasil”.
- (C) “Preocupante que a CCJ tenha dado aval para que a proposta de redução da menoridade penal seja discutida e até votada no Congresso Nacional”.
- (D) “Mandar adolescentes para a cadeia só irá piorar as coisas e aumentar ainda mais a violência e o crime na já conturbada sociedade brasileira”.
- (E) “Ninguém acredita que essa redução da maioridade penal irá resolver a questão da segurança pública. Apenas acreditamos que homicidas serão, realmente, punidos”.

7

Ao intitular o texto 1 como “O mito da maioridade penal” o autor do texto:

- (A) antecipa um posicionamento sobre o tema abordado;
- (B) mostra o tema como algo fora de época;
- (C) destaca o tema como algo importante;
- (D) considera o tema do ponto de vista literário;
- (E) condena a discussão do tema.

8

A UOL Cotidiano lista uma série de razões contra e a favor da redução da maioridade penal; a razão abaixo que NÃO está adequadamente expressa contra a redução é:

- (A) a redução da maioridade penal fere uma das cláusulas pétreas (aquelas que não podem ser modificadas por congressistas) da Constituição de 1988;
- (B) a inclusão de jovens a partir de 16 anos no sistema prisional brasileiro não iria contribuir para a sua reinserção na sociedade;
- (C) a pressão para a redução da maioridade penal está baseada em dados estatísticos e não em casos isolados;
- (D) em vez de reduzir a maioridade penal, o governo deveria investir em educação e em políticas públicas para proteger os jovens e diminuir a vulnerabilidade deles ao crime;
- (E) a redução da maioridade penal iria afetar, preferencialmente, jovens negros, pobres e moradores de áreas periféricas do Brasil, na medida em que este é o perfil de boa parte da população carcerária brasileira.

9

“O Brasil precisa alinhar a sua legislação à de países desenvolvidos como os Estados Unidos, onde, na maioria dos Estados, adolescentes acima de 12 anos de idade podem ser submetidos a processos judiciais da mesma forma que adultos”.

Sobre esse argumento, a afirmação correta é:

- (A) mostra opinião contrária à redução da maioridade penal;
- (B) indica a legislação de todos os estados americanos como parâmetro a ser seguido no Brasil;
- (C) destaca os países desenvolvidos como exemplos onde a redução da maioridade penal não foi adotada;
- (D) apela a um absurdo a fim de que a força de seu argumento seja intensificada;
- (E) aponta um país considerado superior ao Brasil onde já se aplica a redução da maioridade penal para que sirva de exemplo.

10

Em documento que circula pela Internet estão apontadas 18 razões para que não haja redução da maioridade penal; entre elas, a razão que se apoia em fator sem referência a valor ou desvalor intrínseco da redução é:

- (A) a redução em foco esbarra no fato de o sistema prisional brasileiro não suportar mais pessoas;
- (B) a redução da maioridade penal trata o efeito, mas não a causa;
- (C) a redução da maioridade penal não afasta os adolescentes do crime;
- (D) a redução pretendida afronta leis brasileiras e internacionais;
- (E) a redução almejada não respeita os direitos de crianças e adolescentes.

TEXTO 2 - O Estatuto da Criança e do Adolescente, o ECA, é uma lei bem justa e generosa, ainda largamente ignorada em suas medidas de proteção e promoção. Mesmo quanto às sanções previstas no estatuto, antes de se chegar à internação, há uma série de outras menos severas, como a advertência, a prestação de serviços à comunidade e a liberdade assistida, que são frequentemente ignoradas, passando-se diretamente à privação de liberdade, mesmo em casos em que isso não se justifica. Os poderes públicos, inclusive o Judiciário, estão em dívida com a sociedade por conta da inobservância do estatuto em sua integralidade.

Reconheço que a punição não é o único remédio para a violência cometida pelos jovens. Evidentemente, políticas sociais, educação, prevenção, assistência social são medidas que, se aplicadas no universo da população jovem, terão o condão, efetivamente, de reduzir a violência. Mas, em determinados casos, é preciso uma punição mais eficaz do que aquelas preconizadas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. (Aloysio Nunes Ferreira, *Época*).

11

Argumentativamente falando, as palavras do enunciador do texto 2:

- (A) condenam o ECA por seu excesso de benevolência;
- (B) aplaudem o Governo por suas medidas educativas;
- (C) criticam os poderes públicos por só aplicarem as leis estabelecidas pelo ECA;
- (D) apoiam o ECA, mas reconhecem limitações em alguns casos;
- (E) defendem incondicionalmente a redução da maioridade penal.

12

“O Estatuto da Criança e do Adolescente, o ECA, é uma lei bem justa e generosa, ainda largamente ignorada em suas medidas de proteção e promoção”.

A inclusão de uma vírgula entre os dois segmentos (texto 2) faz supor a implícita existência de um conector entre eles; tal conector deveria representar:

- (A) uma concessão, como “ainda que”;
- (B) uma adversidade, como “porém”;
- (C) uma conclusão, como “logo”;
- (D) uma explicação, como “pois”;
- (E) uma proporcionalidade, como “à medida que”.

13

“Mesmo quanto às sanções previstas no estatuto, antes de se chegar à internação, há uma série de outras menos severas, como a advertência, a prestação de serviços à comunidade e a liberdade assistida, que são frequentemente ignoradas, passando-se diretamente à privação de liberdade, mesmo em casos em que isso não se justifica”.

Nesse segmento do texto 2 há duas ocorrências sublinhadas do vocábulo “mesmo”; sobre essas ocorrências, é correto afirmar que:

- (A) ambas equivalem ao sentido de inclusão;
- (B) só a primeira ocorrência indica concessão;
- (C) só a segunda ocorrência indica concessão;
- (D) só a primeira ocorrência indica inclusão;
- (E) só a segunda ocorrência indica inclusão.

14

“Mesmo quanto às sanções previstas no estatuto, antes de se chegar à internação, há uma série de outras menos severas, como a advertência, a prestação de serviços à comunidade e a liberdade assistida, que (1) são frequentemente ignoradas, passando-se diretamente à privação de liberdade, mesmo em casos em que (2) isso não se justifica”.

Nesse segmento do texto 2, o elemento que NÃO estabelece coesão formal com nenhum termo anterior é:

- (A) outras;
- (B) advertência;
- (C) que (1);
- (D) que (2);
- (E) isso.

15

“O Estatuto da Criança e do Adolescente, o ECA, é uma lei bem justa e generosa, ainda largamente ignorada em suas medidas de proteção e promoção. Mesmo quanto às sanções previstas no estatuto, antes de se chegar à internação, há uma série de outras menos severas, como a advertência, a prestação de serviços à comunidade e a liberdade assistida, que são frequentemente ignoradas, passando-se diretamente à privação de liberdade, mesmo em casos em que isso não se justifica”.

O adjetivo que, por sua tipologia, mostra um tipo diferente dos demais é:

- (A) ignorada;
- (B) previstas;
- (C) severas;
- (D) justa;
- (E) generosa.

16

A frase abaixo em que está ausente qualquer processo de intensificação de adjetivos é:

- (A) “O Estatuto da Criança e do Adolescente, o ECA, é uma lei bem justa e generosa”;
- (B) “...ainda largamente ignorada em suas medidas de proteção e promoção”;
- (C) “Mesmo quanto às sanções previstas no estatuto, antes de se chegar à internação, há uma série de outras menos severas, como a advertência...”;
- (D) “...a prestação de serviços à comunidade e a liberdade assistida, que são frequentemente ignoradas”;
- (E) “...é preciso uma punição mais eficaz do que aquelas preconizadas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente”.

17

Observe o gráfico a seguir e destaque a afirmação que se coaduna com os dados apresentados.



- (A) Países desenvolvidos apoiam a redução da maioridade penal;
- (B) A segurança se consegue com a retirada de elementos perigosos das ruas;
- (C) A lei brasileira é mais rígida que a de muitos outros países desenvolvidos;
- (D) As dúvidas sobre a idade ideal de responsabilidade penal é visível;
- (E) Países subdesenvolvidos pretendem ressocializar os delinquentes.

18

No texto 2 aparece o seguinte segmento: “Mesmo quanto às sanções previstas no estatuto, antes de se chegar à internação, há uma série de outras menos severas, como a advertência, a prestação de serviços à comunidade e a liberdade assistida, que são frequentemente ignoradas, passando-se diretamente à privação de liberdade, mesmo em casos em que isso não se justifica”.

Sobre as sanções previstas, a afirmação correta é:

- (A) as sanções estão dispostas, no texto, em ordem crescente de penalização;
- (B) a internação aparece como menos grave do que a privação de liberdade;
- (C) as sanções menos severas incluem a internação;
- (D) as sanções aparecem citadas em ordem decrescente de rigor;
- (E) as sanções citadas aparecem citadas aleatoriamente.

19

“Reconheço que a punição não é o único remédio para a violência cometida pelos jovens. Evidentemente, políticas sociais, educação, prevenção, assistência social são medidas que, se aplicadas no universo da população jovem, terão o condão, efetivamente, de reduzir a violência. Mas, em determinados casos, é preciso uma punição mais eficaz do que aquelas preconizadas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente”.

Os termos que, se trocados de posição, acarretam modificação de sentido, são:

- (A) o único remédio / o remédio único;
- (B) população jovem / jovem população;
- (C) determinados casos / casos determinados;
- (D) punição mais eficaz / mais eficaz punição;
- (E) Estatuto da Criança e do Adolescente / Estatuto do Adolescente e da Criança.

20

Entre as palavras abaixo, aquela que mostra uma formação distinta das demais é:

- (A) promoção;
- (B) proteção;
- (C) internação;
- (D) população;
- (E) prevenção.

21

“Reconheço que a punição não é o único remédio para a violência cometida pelos jovens. Evidentemente, políticas sociais, educação, prevenção, assistência social são medidas que, se aplicadas no universo da população jovem, terão o condão, efetivamente, de reduzir a violência. Mas, em determinados casos, é preciso uma punição mais eficaz do que aquelas preconizadas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente”.

Nesse segmento do texto 2, o termo empregado em sentido conotativo (ou figurado) é:

- (A) punição;
- (B) remédio;
- (C) violência;
- (D) população;
- (E) Estatuto.

Conhecimentos Específicos

22

A equipe de pediatria de um hospital de média complexidade buscou o Serviço Social com a demanda de acionamento do Poder Judiciário para que fossem tomadas providências em favor de um recém-nascido. Segundo a equipe de saúde, a criança nasceu com 30 semanas, apresentando sérias complicações de saúde em decorrência da prematuridade e, em virtude desse quadro, necessitava de uma transfusão sanguínea. O laudo médico indicava grave condição de saúde, com risco de morte caso não fosse realizado o procedimento supracitado. Contudo, a família não estava autorizando o procedimento por motivos religiosos.

Diante do exposto, a equipe do Serviço Social deve:

- (A) posicionar-se em favor da família, pois o assistente social não deve discriminar questões relativas ao credo religioso de seus usuários;
- (B) posicionar-se em favor da realização da transfusão sanguínea, tendo como parâmetro o Estatuto da Criança e do Adolescente e os direitos fundamentais das crianças e dos adolescentes presentes na lei;
- (C) posicionar-se em favor da realização da transfusão sanguínea, tendo como parâmetro a laicidade do Estado;
- (D) abster-se de qualquer posicionamento, uma vez que esta é uma questão puramente médica;
- (E) posicionar-se contrariamente à transfusão sanguínea, tendo como orientação os “Parâmetros para a atuação de Assistentes Sociais na Política de Saúde”.

23

O assistente social de um projeto que atende a crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social foi procurado por Júlia, que gostaria que o seu filho de 15 anos se inserisse no mercado de trabalho. Durante o acolhimento, essa mãe verbalizou que o filho deseja ter acesso a bens, como roupas de marca e outros acessórios, e ela não tem condições de adquiri-los com o salário que recebe. Ressaltou ainda que o adolescente não se sente atraído pela escola e apresenta um histórico de sucessivas reprovações, apresentando defasagem escolar, pois está matriculado no 6º ano do ensino fundamental.

Durante o atendimento o assistente social buscou conhecer o cotidiano familiar, os benefícios e serviços sociais a que a família tem acesso e a rede de serviços da região em que residem. Solicitou ainda que, em um próximo atendimento, o adolescente pudesse estar presente, a fim de ouvi-lo e torná-lo participe do processo. A fim de atender à demanda inicial da mãe do adolescente, o assistente social esclareceu sobre a possibilidade de inserção do adolescente no mercado de trabalho, na condição de aprendiz. O assistente social informou sobre os Programas de Aprendizagem e finalizou corretamente o atendimento com a seguinte orientação a respeito do contrato de aprendizagem:

- (A) a inserção do adolescente no Programa de Aprendizagem não seria um óbice ao processo de escolarização, e o adolescente poderia continuar frequentando a escola no turno da tarde, haja vista que ele poderia trabalhar em um período noturno compreendido entre 18 e 23 horas;
- (B) o contrato de aprendizagem é o contrato de trabalho especial, com um prazo indeterminado, em que o empregador se compromete a assegurar ao aprendiz inscrito em Programa de Aprendizagem, formação técnico-profissional metódica compatível com o seu desenvolvimento físico, moral e psicológico;
- (C) como o adolescente ainda não concluiu o ensino fundamental, a validade do contrato de aprendizagem pressupõe anotação na Carteira de Trabalho e Previdência Social, matrícula e frequência do aprendiz à escola e inscrição em Programa de Aprendizagem desenvolvido sob a orientação de entidade qualificada em formação técnico-profissional metódica;
- (D) há necessidade de um estímulo ao protagonismo do adolescente, porque, para fins do contrato de aprendizagem, serão levadas em consideração as suas competências relacionadas com a profissionalização e com a produtividade no exercício das tarefas atribuídas;
- (E) há necessidade de observação da assiduidade, haja vista que, para fins do contrato de aprendizagem, a duração do trabalho do aprendiz será de oito horas diárias, com compensação de jornada em casos de falta.

24

Daniele é assistente social de um programa de acolhimento institucional para crianças e adolescentes. No seu primeiro dia de trabalho, foi procurada pelo adolescente Janderson, de 14 anos, que dizia querer ser atendido apenas por ela. Durante o atendimento, Janderson verbalizou que insistiu em ser atendido por Daniele pelo fato de ele ter buscado outros profissionais da equipe técnica anteriormente, e nenhum deles atendeu a sua demanda, que era visitar os pais internos em uma unidade prisional pelo crime de tráfico de drogas. Ao questionar a equipe técnica sobre o posicionamento contrário à visitação do adolescente aos pais, esta relatou que o contato com os pais presos seria prejudicial ao desenvolvimento psicossocial do adolescente.

A partir desses fatos, Daniele deve adotar a seguinte providência:

- (A) promover a convivência do adolescente com os pais privados de liberdade por meio de visitas periódicas preparadas pela entidade responsável pelo acolhimento institucional, independentemente de autorização judicial;
- (B) orientar o adolescente sobre a razão da postura adotada pelo restante da equipe técnica, que julga o contato com os pais presos prejudicial para ele;
- (C) emitir um relatório social ao juizado competente, solicitando autorização judicial para o atendimento do pleito do adolescente, haja vista que a visita de crianças e adolescentes aos pais privados de liberdade só pode acontecer mediante autorização judicial;
- (D) promover a convivência do adolescente com os pais privados de liberdade mediante o acionamento do Conselho Tutelar e do Ministério Público;
- (E) adotar a mesma postura da equipe técnica da instituição e não permitir a visitação aos pais privados de liberdade e, desse modo, garantir o direito do adolescente a um desenvolvimento físico, moral e psicológico saudável.

25

Beatriz possui dois vínculos empregatícios como assistente social. No primeiro emprego ela é estatutária e trabalha 24 horas semanais no CRAS da prefeitura de um pequeno município no interior do Estado. No segundo emprego, Beatriz tem contrato temporário de trabalho com carga horária semanal de 30 horas em uma ONG que desenvolve atividades de educação em saúde para jovens gestantes no município. O quadro apresentado é uma das expressões da atual crise do capitalismo que impõe metamorfoses ao mundo do trabalho e incide diretamente nas condições de trabalho dos assistentes sociais. Desse modo, observa-se a inserção socioprofissional do assistente social “em duas ou mais políticas sociais, rotatividade no emprego, instabilidade e insegurança, jornada de trabalho extensa (cumprida carga horária de mais de dez horas diárias de trabalho)” (GUERRA, 2010, p. 720).

De acordo com esse contexto e segundo a autora, observa-se nos espaços laborais dos assistentes sociais a configuração dos:

- (A) serviços socioassistenciais precários;
- (B) assistentes sociais pós-modernos;
- (C) assistentes sociais polivalentes;
- (D) mercados de trabalho flexíveis;
- (E) pluriempregos.

26

Adriano é assistente social de uma Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência. Essa Secretaria tem um programa social direcionado para crianças e adolescentes deficientes. O financiamento desse programa provém de um convênio firmado entre a Secretaria e empresas privadas. Para que o repasse de verbas ocorra de maneira sistemática, o programa executado precisa que na metodologia esteja prevista a sua avaliação. Adriano é o técnico responsável pela avaliação dos programas sociais da Secretaria, e optou pela avaliação por triangulação de métodos que, segundo Minayo (2005), consiste:

- (A) em um processo de monitoramento contínuo que compreende estruturas, processos e resultados, tendo como base o método positivista. Nesse modo de avaliação demanda-se a integração entre os atores envolvidos na execução do programa avaliado e os usuários do programa, fazendo dele um construto específico;
- (B) na expressão de uma dinâmica de investigação e de trabalho que integra a análise das estruturas, dos processos e dos resultados, a compreensão das relações envolvidas na implementação das ações e a visão que os atores diferenciados constroem sobre todo o projeto: seu desenvolvimento, as relações hierárquicas e técnicas, fazendo dele um construto específico;
- (C) na expressão de uma dinâmica dialética que inclui os atores do projeto e do programa não apenas como objetos de análise, mas como sujeitos de autoavaliação. Ademais, consiste na articulação entre teorias complementares como a análise estrutural da sociedade e a compreensão da subjetividade dos sujeitos;
- (D) no processo de monitoramento que compreende a análise de eficiência, eficácia e efetividade de ações de projetos e programas, tendo como bases teóricas e filosóficas o pensamento de Kant e a teoria social crítica de Marx;
- (E) na expressão de uma dinâmica de investigação que se fundamenta na reprodução dos métodos das ciências naturais positivistas. Desse modo, requer a observação do programa em execução e dos seus resultados, tendo como instrumento de aferição os métodos científicos validados por atores diversos em circunstâncias controladas.

27

A equipe técnica de uma unidade prisional feminina, composta por assistentes sociais e psicólogos, pretende realizar uma pesquisa social com as internas dessa unidade. O objetivo é verificar se existe conexão entre o crime cometido e a vivência de situações de violência perpetradas por parceiros íntimos contra essas mulheres. Minayo (2010) compreende a pesquisa social como:

- (A) toda aquela que oferece respostas para as hipóteses formuladas acerca de um determinado grupo social;
- (B) processo científico que possibilita a obtenção de novos conhecimentos no campo da realidade social;
- (C) conjunto de atividades científicas realizadas em torno de um determinado segmento social. Tem por objetivo ampliar o conhecimento acerca do segmento pesquisado;
- (D) processo que envolve a leitura, análise e interpretação de um conjunto bibliográfico acerca do tema a ser pesquisado;
- (E) os vários tipos de investigação que tratam do ser humano em sociedade, de suas relações e instituições, de sua história e de sua produção simbólica.

28

Contemporaneamente, as políticas sociais são atravessadas por diversas influências políticas, econômicas e filosóficas. No discurso pós-moderno, no âmbito da política social:

- (A) o mérito contrapõe-se ao direito;
- (B) o coletivo sobrepõe-se ao individual;
- (C) o ser humano é constituído ontologicamente;
- (D) o geral é superior ao local;
- (E) o Estado possui uma postura ativa diante das demandas sociais.

29

As medidas para a contenção da crise de 1929 e para a contenção da crise de 1969/1973 foram, respectivamente:

- (A) regulação social-democrata do capitalismo e ampliação dos direitos dos trabalhadores;
- (B) políticas sociais focalizadas e políticas sociais seletivas;
- (C) direitos sociais parametrados pelo fordismo-keynesianismo e restrição das políticas sociais;
- (D) incentivo à dessindicalização e produção em massa para consumo em massa;
- (E) ampliação da capacidade de consumo e instituição de políticas sociais universalizantes.

30

Tejadas (2013) analisa que o Ministério Público, na sua relação com os atores da esfera pública, vive uma tensão que se expressa na ambiguidade da identidade institucional. Essa tensão ocorre entre:

- (A) a sociedade de classes e o neoliberalismo;
- (B) os interesses dos governos e os interesses das corporações;
- (C) a posição de fiscal e a de parceiro;
- (D) o organizacional e o coletivo;
- (E) as metamorfoses das políticas sociais e as reivindicações dos trabalhadores.

31

O assistente social inserido no campo sociojurídico faz uso de uma série de instrumentos no cotidiano do seu exercício profissional com a finalidade de subsidiar as ações e decisões que tramitam no âmbito do Poder Judiciário. Nesse contexto destaca-se o relatório social que, segundo Fávero (2008), consiste:

- (A) na sistematização de pesquisa documental e bibliográfica acerca de uma situação ou expressão da questão social;
- (B) na apresentação descritiva e interpretativa de uma situação ou expressão da questão social;
- (C) em emitir um parecer interdisciplinar que contribua para a formação de um juízo por parte do magistrado;
- (D) em uma resposta técnica em matéria de Serviço Social tendo como objeto as diferentes questões sociais;
- (E) em um processo metodológico das ciências sociais que tem como objeto as questões sociais da sociedade contemporânea.

32

Dentre os espaços de atuação do assistente social no campo sociojurídico está o sistema socioeducativo. Esse espaço sócio-ocupacional apresenta uma série de desafios para o exercício profissional do assistente social, a exemplo da superlotação das unidades de internação, decorrente, sobretudo, da “política de encarceramento” promovida pelo Estado.

De acordo com as legislações que regem a execução das medidas socioeducativas, o assistente social, ao realizar a previsão, o registro e a gestão das atividades a serem desenvolvidas com o adolescente deverá fazer uso do seguinte instrumento:

- (A) parecer social;
- (B) relatório de acompanhamento socioeducativo;
- (C) plano individual de atendimento;
- (D) plano de ação socioeducativa;
- (E) síntese informativa.

33

A inserção do Serviço Social no Ministério Público data da década de 1990. Apesar de recente, esse espaço sócio-ocupacional representa uma gama variada de possibilidades de trabalho.

No âmbito da *intervenção profissional* do assistente social, as demandas encaminhadas, no geral, circunscrevem-se em:

- (A) institucionais e conflitos trabalhistas;
- (B) assistenciais;
- (C) judicialização das políticas sociais;
- (D) situações individuais e matérias de direito difuso e coletivo;
- (E) violação dos princípios do Projeto Ético-Político.

34

Para os autores vinculados ao atual neoliberalismo de corte neodesenvolvimentista a “questão social” é vista como sinônimo:

- (A) de mais uma crise cíclica do capitalismo;
- (B) da exclusão social;
- (C) da manifestação da relação capital/trabalho;
- (D) da exploração do trabalho;
- (E) do resultado da Lei Geral da Acumulação Capitalista.

35

Como um dos rebatimentos das medidas anticrise neoliberais levadas a cabo por meio de uma nova concepção das políticas sociais, a pobreza passa a ser submetida à diáde:

- (A) controle punitivo / projetos assistenciais correccionais;
- (B) empregabilidade / universalidade de direitos;
- (C) repressão à criminalidade / obrigatoriedade do ensino;
- (D) reconhecimento dos direitos humanos fundamentais / políticas de transferência de renda;
- (E) pragmatismo político / Estado Providência.

36

De acordo com Netto (2012), o projeto neoliberal restaurador pode ser resumido em um tríplice mote:

- (A) universalização – precarização – publicização;
- (B) desemprego – proteção social – sindicalização;
- (C) flexibilização – desregulamentação – privatização;
- (D) crise – ampliação dos direitos sociais – governabilidade;
- (E) responsabilidade do Estado – dívida pública – pleno emprego.

37

No interior de um estado brasileiro pobre, um casal residente na capital vai à casa de uma mulher que acabou de dar à luz. Saem de lá com o recém-nascido e o registram como seu filho biológico, sem nenhuma intermediação judicial. Essa prática é conhecida como:

- (A) família substituta;
- (B) adoção pronta;
- (C) guarda permanente;
- (D) adoção à brasileira;
- (E) estágio de convivência.

38

Lucia trabalha em uma maternidade e atende Andreia, adolescente de 15 anos que está no 8º mês de gestação. Andreia lhe diz que, quando o bebê nascer, deseja entregá-lo para adoção, mas seus pais são contrários a isso.

Diante desse fato, Lucia deve:

- (A) respeitar a opção da adolescente, pois o Código de Ética Profissional estabelece o respeito às escolhas dos usuários;
- (B) informar à adolescente que ela necessitará da autorização de seus pais para entregar a criança para a adoção;
- (C) tentar convencer a adolescente a permanecer com o bebê, pois certamente ela irá se arrepender no futuro;
- (D) solicitar uma reunião com a equipe de saúde, a fim de decidirem a melhor conduta;
- (E) encaminhar a adolescente a uma instituição na qual ela possa entregar legalmente seu bebê.

39

Paulo e Vânia estão adotando uma menina que tem 2 anos de idade. A fim de poderem receber a criança e ambientá-la com tranquilidade, ambos requerem licença paternidade e maternidade, respectivamente. Nesse caso:

- (A) nenhum dos dois possui direito à licença;
- (B) Paulo tem direito a 5 e Vânia a 120 dias;
- (C) somente Vânia possui direito à licença de 60 dias;
- (D) Paulo tem direito a 5 e Vânia a 60 dias;
- (E) ambos possuem direito a 30 dias de licença.

40

Em um processo de assessoria, o primeiro passo consiste em um estudo da realidade, preferencialmente em conjunto com a equipe que será assessorada. Um dos eixos que podem nortear esse estudo quando se trata de Serviço Social é:

- (A) aprovação da direção da instituição para o processo de assessoria;
- (B) nível mínimo de especialização para os profissionais que serão assessorados;
- (C) número de profissionais interessados na assessoria em relação ao número total de profissionais;
- (D) obrigatoriedade de o assessor ser um assistente social docente;
- (E) aceitação do assessor como autoridade no assunto e, portanto, inquestionável.

41

Gestado na segunda metade dos anos 1990, o Projeto Ético-Político do Serviço Social (PEP) firma-se como hegemônico no interior da categoria profissional. Em seus princípios e valores fundamentais, o PEP colide frontalmente com o projeto societário vigente na atualidade, o que lhe imprime limites, cujas linhas mais evidentes se expressam, para Netto (2006):

- (A) nas condições institucionais do mercado de trabalho;
- (B) na formação profissional dos assistentes sociais;
- (C) nos documentos exarados pelas entidades representativas da categoria;
- (D) na relação dos assistentes sociais com os usuários de seus serviços;
- (E) nas demandas de seus usuários extrainstitucionais.

42

De acordo com a Lei nº 11.340/06 (Lei Maria da Penha), nos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, é vedada a aplicação de penas de:

- (A) prisão preventiva do agressor antes que o processo criminal seja devidamente instruído;
- (B) cesta básica ou outras de prestação pecuniária, bem como o pagamento isolado de multa;
- (C) interdição do agressor do convívio com seus filhos menores, se existirem;
- (D) suspensão das procurações conferidas pela ofendida ao agressor;
- (E) prestação de alimentos provisionais ou provisórios.

43

Considerando o Fórum de Supervisores, analise as finalidades a seguir:

I - tratar e encaminhar questões que envolvam a dimensão ética do estágio, prevendo respostas coletivas às situações corriqueiras;

II - estabelecer parcerias com as diversas instituições nas quais trabalha o assistente social a fim de garantir a abertura de novos campos de estágio;

III - fortalecer o estágio como momento estratégico de formação dos assistentes sociais.

Trata-se de finalidade(s) do Fórum de Supervisores:

- (A) somente I ;
- (B) somente II;
- (C) somente I e III ;
- (D) somente II e III;
- (E) I, II e III;

44

No processo de supervisão em Serviço Social, o Supervisor Acadêmico, o Supervisor de Campo e o Estagiário são sujeitos fundamentais. Dentre as atribuições do Supervisor de Campo está:

- (A) certificar se o campo de estágio está na área do Serviço Social, em conformidade às competências e atribuições específicas, objetivando a garantia das condições necessárias para que o exercício profissional seja desempenhado com qualidade e competência técnica e ética;
- (B) auxiliar o estagiário no processo de sistematização do conhecimento, orientando e revisando suas produções teóricas, como também contribuindo no processo pedagógico de análise do trabalho profissional;
- (C) receber, ler, manter sigilo e observar criticamente as sínteses profissionais construídas pelos estagiários, conduzindo a supervisão embasada em pressupostos teóricos, éticos, políticos, técnico-operativos que contribuam com uma formação integral;
- (D) avaliar o estagiário emitindo parecer sobre sua frequência, desempenho e atitude ético-crítica e técnico-política no exercício do estágio, atribuindo o respectivo conceito ou a respectiva nota;
- (E) fornecer, à coordenação de estágio ou órgão competente, os documentos necessários para compor o prontuário de cada estagiário.

45

O Código de Ética Profissional do Serviço Social (1993) tem na *liberdade* um de seus valores fundantes. No sentido ali contido, esse valor consiste em:

- (A) uma forma de sociabilidade liberal, na qual os homens sejam efetivamente livres;
- (B) liberdade humana individual, a partir das normas sociais vigentes;
- (C) dimensão objetiva materializada no direito positivo;
- (D) capacidade que o homem possui de se autodeterminar, de desenvolver suas potencialidades e habilidades;
- (E) respeito e consideração sobre as escolhas e opiniões dos outros quando se trata de intervenção profissional.

46

Rodrigo trabalha em uma instituição hospitalar que atende a indivíduos portadores de tuberculose. A fim de direcionar a prática profissional na instituição, propõe um projeto de intervenção cuja fundamentação é a Teoria Social Crítica, de base marxista. A Chefia do Serviço Social rejeita o projeto, alegando não gostar de sua fundamentação teórica. Nesse caso, a Chefia de Rodrigo está ferindo o princípio da garantia do pluralismo profissional, cujo fundamento é:

- (A) que todos os seres interagem formando um todo, sem que se possa entendê-los isoladamente;
- (B) a reunião de diferentes correntes de pensamento, formando um sistema diversificado;
- (C) a interpretação de textos para aplicação à particularidade dos casos;
- (D) o conhecimento científico, seus diferentes métodos, suas práticas e sua evolução no desenvolvimento das sociedades;
- (E) o respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas.

47

Os serviços, programas, projetos e benefícios do SUAS possuem como foco prioritário a atenção às famílias. Isto porque o entendimento governamental é de que “a vulnerabilidade à pobreza está relacionada não apenas aos fatores da conjuntura econômica e das qualificações específicas dos indivíduos, mas também às tipologias ou arranjos familiares e aos ciclos de vida das famílias.” (PNAS, 2009). Nesse sentido, a família se configura como:

- (A) lugar no qual as crianças adquirem a base de sua personalidade, que se manifestará no futuro;
- (B) espaço privilegiado e insubstituível de proteção e socialização primárias, provedora de cuidados aos seus membros;
- (C) conjunto de pessoas que têm relações de parentesco, inclusive as adquiridas (por casamento, adoção etc.);
- (D) grupo de pessoas que têm parentesco próximo entre si e que vivem na mesma residência, seu lar;
- (E) *locus* fundamental para a constituição de uma sociedade livre das desigualdades.

48

Os serviços socioassistenciais no SUAS são organizados segundo as seguintes referências:

- (A) gestão e política de recursos humanos;
- (B) princípios, diretrizes e objetivos;
- (C) proteção social básica, proteção social especial de média e alta complexidade;
- (D) vigilância social, proteção social e defesa social e institucional;
- (E) informação, monitoramento e avaliação.

49

Valdomiro, um senhor de 75 anos, foi internado de emergência e prepara-se para uma cirurgia cardíaca em um hospital público. Bastante angustiado, solicita ao seu neto, Cleber, de 23 anos, que o acompanhe na enfermaria. O próprio médico assistente recomenda a presença de Cleber, devido à afeição existente entre ambos. A direção do hospital, entretanto, veta a presença do neto de Valdomiro, alegando que não existe lugar na enfermaria que possa acomodar Cleber. Essa decisão, de acordo com o Estatuto do Idoso, é/está:

- (A) inadmissível, pois ao idoso internado é assegurado o direito a acompanhante, devendo o hospital providenciar as condições adequadas para a permanência do neto do usuário;
- (B) justificável, legalmente, os serviços públicos de saúde carecem de acomodações decentes e a presença de acompanhante pode dificultar o atendimento médico;
- (C) correta, pois a direção do hospital está zelando pelo bem-estar do jovem;
- (D) errada, pois esta decisão cabe à equipe de saúde, após escutar a família do usuário;
- (E) fundamentada, uma vez que baseada na realidade da instituição.

50

A realização de vistorias, perícias técnicas, laudos periciais, informações, pareceres ou qualquer manifestação técnica sobre matéria de Serviço Social constitui-se em:

- (A) competência do assistente social;
- (B) dever do assistente social;
- (C) atribuição privativa do assistente social;
- (D) obrigação do assistente social;
- (E) direito do assistente social.

51

Fazem parte do âmbito de atuação do Sistema Único de Saúde (SUS):

- I – a execução de ações de saúde do trabalhador;
- II – a formulação e a execução da política de sangue e seus derivados;
- III – a colaboração na proteção do meio ambiente, nele compreendido o do trabalho.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I, II e III;
- (B) somente I e II;
- (C) somente II e III;
- (D) somente III;
- (E) somente I.

52

O campo da Saúde do Trabalhador é pleno de contradições e antagonismos, o que se reflete liminarmente na intervenção do assistente social. Ao assumir uma direção consonante com o Projeto Ético-Político neste campo, uma das questões a serem tratadas pelo assistente social é:

- (A) trabalhar com equipe multiprofissional de Saúde Ocupacional;
- (B) estabelecer parcerias com as empresas que fornecem equipamentos de biossegurança;
- (C) identificar os determinantes sociais do processo de adoecimento do trabalhador;
- (D) atuar junto ao empregador, a fim de que este realize atividades de segurança no trabalho;
- (E) recuperar o acolhimento individualizado ao trabalhador.

53

A Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) institui e regulamenta uma série de serviços e benefícios socioassistenciais. Dentre eles, encontra-se o Benefício de Prestação Continuada (BPC), que “é a garantia de um salário mínimo mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso com 70 anos ou mais e que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção e nem de tê-la provida por sua família”. Nos termos dessa lei, considera-se pessoa portadora de deficiência aquela:

- (A) portadora de deficiências transitórias;
- (B) incapacitada para a vida independente e para o trabalho;
- (C) que contribuiu para a previdência social por, pelo menos, 01 (um) ano antes da sua incapacidade;
- (D) com algum grau de deficiência física;
- (E) cuja deficiência foi motivada pelo trabalho.

Legislação Institucional

54

Consoante dispõe a Constituição do Estado de Rondônia, é exemplo de garantia dos membros da Defensoria Pública a:

- (A) inamovibilidade, salvo por motivo de interesse público, mediante decisão do Conselho Superior da Defensoria Pública, por voto de dois terços de seus membros, assegurada ampla defesa;
- (B) vitaliciedade, que será adquirida após dois anos de exercício, somente podendo ocorrer a perda do cargo mediante sentença judicial transitada em julgado, assegurada ampla defesa;
- (C) promoção voluntária de categoria para categoria, sempre por antiguidade, por meio de lista tríplice no terço mais antigo da carreira elaborada pelo Conselho Superior da Defensoria Pública;
- (D) estabilidade, após dois anos de exercício, não podendo ser os Defensores Públicos demitidos do cargo senão por sentença judicial em processo em que lhes seja assegurada ampla defesa;
- (E) possibilidade de exercício de advocacia privada (exceto contra os interesses do ente federativo a que estiverem vinculados) e de participação em sociedade empresarial, na condição de sócio administrador.

55

De acordo com a Lei Complementar Federal nº 80/94, que organiza a Defensoria Pública da União, do Distrito Federal e dos Territórios e prescreve normas gerais para sua organização nos Estados, é função institucional da Defensoria Pública, dentre outras:

- (A) exercer, mediante o recebimento dos autos com vista, a ampla defesa e o contraditório em favor de pessoas naturais (vedado o patrocínio de pessoas jurídicas), em processos administrativos e judiciais, perante todos os órgãos e em todas as instâncias;
- (B) promover, prioritariamente, a solução extrajudicial dos litígios, visando à composição entre as pessoas em conflito de interesses, por meio de mediação, conciliação, arbitragem e demais técnicas de composição e administração de conflitos;
- (C) prestar orientação jurídica e exercer a defesa dos necessitados, em processos judiciais (vedada a atuação em processos administrativos), perante todos os órgãos e em todas as instâncias, ordinárias ou extraordinárias;
- (D) prestar orientação jurídica e promover a defesa dos direitos individuais e coletivos da pessoa jurídica de direito público interno a que estiver vinculada, nos processos judiciais, em todos os graus, de forma integral e gratuita;
- (E) promover a ação de inconstitucionalidade ou representação para fins de intervenção da União e dos Estados, nos casos previstos na Constituição, na defesa dos direitos dos necessitados, em todos os graus, de forma integral e gratuita.

56

É prerrogativa dos membros da Defensoria Pública do Estado prevista na Lei Complementar Federal nº 80/94:

- (A) não ser preso, inclusive na hipótese de flagrante delito, senão por ordem judicial escrita e devidamente fundamentada, no bojo de processo judicial em que lhes tenham sido assegurados o contraditório e a ampla defesa;
- (B) comunicar-se, pessoal e reservadamente, com seus assistidos, exceto quando estes se acharem presos e incomunicáveis, tendo livre ingresso em estabelecimentos policiais e prisionais, independentemente de prévio agendamento;
- (C) receber, inclusive quando necessário, mediante entrega dos autos com vista, intimação pessoal em qualquer processo e grau de jurisdição ou instância administrativa, contando-se-lhes em dobro todos os prazos;
- (D) representar a parte assistida, em feito administrativo ou judicial, necessariamente mediante instrumento de mandato outorgando-lhes poderes específicos para tal, independentemente de a lei exigir poderes especiais para o caso;
- (E) ser investigado pela prática de crime comum exclusivamente pelo Defensor Público-Geral e, quando, no curso de investigação policial, houver indício de prática de crime por Defensor Público, a autoridade policial encaminhará a investigação imediatamente ao chefe institucional.

57

Ao dispor sobre normas gerais para a organização da Defensoria Pública dos Estados, a Lei Complementar Federal nº 80/94 estabelece que a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da Defensoria Pública do Estado, quanto à legalidade, legitimidade, aplicação de dotações e recursos próprios e renúncia de receitas, será exercida pelo:

- (A) Poder Executivo, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno do Tribunal de Contas;
- (B) Tribunal de Contas, mediante controle externo feito pelo Poder Judiciário, e pelo sistema de controle interno estabelecido em lei;
- (C) Tribunal de Contas, mediante controle interno, e pelo sistema de controle interno do Poder Judiciário;
- (D) Poder Legislativo, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno estabelecido em lei;
- (E) Poder Judiciário, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno do Tribunal de Contas.

58

O Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado de Rondônia dispõe que o serviço extraordinário tem caráter eventual e só será admitido em situações excepcionais e temporárias, sendo remunerado com acréscimo de cinquenta por cento em relação à hora normal de trabalho. Nesse contexto, aponte as consequências das condutas dos seguintes servidores estaduais ocupantes de cargo efetivo:

Caso 1: Alberto atestou falsamente a prestação de serviço extraordinário.

Caso 2: João se recusou, sem justo motivo, à prestação de serviço extraordinário.

- (A) Alberto será punido com pena de demissão e João com pena de suspensão;
- (B) Alberto será punido com pena de suspensão e João com pena de repreensão;
- (C) Alberto será punido com pena de demissão e João com pena de exoneração;
- (D) ambos serão punidos com pena de repreensão e, no caso de reincidência, com a suspensão;
- (E) ambos serão punidos com pena de suspensão e, no caso de reincidência, com a demissão.

59

Marcela, servidora pública civil estável estadual de Rondônia ocupante de cargo efetivo, pretende obter licença por motivo de doença em pessoa da família para dar assistência a seu irmão, acometido de grave enfermidade. Com base no regime jurídico que disciplina a matéria previsto na Lei Complementar Estadual nº 68/1992, é correto afirmar que a licença pretendida por Marcela será concedida:

- (A) sem remuneração, até noventa dias, podendo ser prorrogada por até doze meses, mediante parecer da Junta Médica, incidindo necessariamente sobre a jornada integral de trabalho da servidora;
- (B) sem remuneração, até trinta dias, podendo ser prorrogada por até cento e oitenta dias, mediante parecer da Junta Médica, incidindo necessariamente sobre a jornada integral de trabalho da servidora;
- (C) sem prejuízo da remuneração, até noventa dias, podendo ser prorrogada sem remuneração pelo período máximo de até trinta e seis meses, mediante parecer da Junta Médica;
- (D) sem prejuízo da remuneração, até noventa dias, podendo ser prorrogada por até noventa dias, mediante parecer da Junta Médica e, excedendo estes prazos, sem remuneração, até o máximo de vinte e quatro meses;
- (E) sem prejuízo da remuneração, até trinta dias, podendo ser prorrogada sem remuneração por até seis meses, mediante parecer da Junta Médica, e a servidora tem prazo de quinze dias após a cessação da causa da doença para se apresentar ao serviço.

60

Consoante dispõe o Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado de Rondônia (Lei Complementar Estadual nº 68/1992), é dever do servidor:

- (A) conceder diárias com o objetivo de remunerar outros serviços ou encargos, bem como recebê-las pela mesma razão ou fundamento;
- (B) aliciar, de acordo com sua liberdade de manifestação, subordinados no sentido de filiarem-se a associação profissional ou sindical;
- (C) promover manifestações de apreço ou despreço no recinto da repartição, de acordo com sua liberdade de opinião;
- (D) manter conduta compatível com a moralidade e a improbidade administrativas;
- (E) atender prontamente às requisições para defesa da Fazenda Pública e à expedição de certidões.

61

O Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado é órgão normativo, consultivo e deliberativo, incumbido de superintender a atuação da Defensoria Pública, bem como zelar pela observância dos princípios institucionais do órgão. Nesse contexto, de acordo com a Lei Orgânica da Defensoria Pública do Estado de Rondônia (Lei Complementar Estadual nº 117/94), compete ao Conselho Superior da Defensoria Pública:

- (A) organizar e realizar concursos públicos, elaborar listas de antiguidade, aprovar o funcionamento de estágio probatório, aprovar ou impugnar procedimentos relativos ao estágio probatório e homologar resultados dos concursos de ingresso;
- (B) promover os registros estatísticos da produção dos membros da Defensoria Pública e de pastas de assentamentos e prontuários referentes a cada um, para os devidos fins, inclusive para efeito de aferição de merecimento;
- (C) estabelecer o horário de funcionamento, a lotação e a distribuição dos membros e dos servidores da Defensoria Pública e autorizar os afastamentos dos membros da Defensoria Pública do Estado;
- (D) designar membro da Defensoria Pública do Estado para exercício de suas atribuições em órgão de atuação diverso de sua lotação ou, em caráter excepcional, perante Juízos, Tribunais ou ofícios diferentes dos estabelecidos para cada categoria;
- (E) elaborar, anualmente, a lista de antiguidade dos membros da Defensoria Pública, fazendo-a publicar no Diário Oficial e encaminhar ao Poder Executivo os expedientes, atos e estudos do interesse da Defensoria Pública.

62

Em matéria criminal, consoante dispõe a Lei Complementar Estadual de Rondônia nº 117/94, compete aos Defensores Públicos:

- (A) defender, nos processos criminais, os réus que não tenham defensor constituído, inclusive os revéis, independentemente da declaração de hipossuficiência econômica;
- (B) exercer a defesa, nos processos criminais, dos réus com hipossuficiência econômica, exceto os policiais militares junto à Auditoria Militar;
- (C) defender, nos processos criminais, todos os réus com hipossuficiência econômica, e exercer o controle externo da atividade policial;
- (D) requerer a transferência de presos para local adequado e propor ação penal pública condicionada à representação, nos casos em que a parte for juridicamente necessitada;
- (E) atuar junto aos estabelecimentos policiais e penitenciários, e propor ação penal pública incondicionada, nos casos em que a parte for juridicamente necessitada.

63

Edson, Defensor Público Estadual de Rondônia, foi condenado em processo criminal transitado em julgado, a seis anos de reclusão pela prática de peculato. Considerando que se trata de crime contra a administração pública, de acordo com a Lei Complementar Estadual nº 117/94, tal fato:

- (A) não constitui causa para sua demissão, nem que haja processo próprio para tal, pela independência das instâncias civil, penal e administrativa;
- (B) não constitui causa para sua demissão, para evitar o *bis in idem*, ou seja, para impedir que o réu seja punido mais de uma vez pelos mesmos fatos;
- (C) constitui causa para sua demissão, cuja pretensão punitiva disciplinar prescreve juntamente com a ação penal, na forma da lei;
- (D) constitui causa para sua demissão, cuja pretensão punitiva disciplinar prescreve no prazo de 03 (três) anos, na forma da lei;
- (E) constitui causa para sua suspensão durante o período de cumprimento da pena, sem direito à remuneração, na forma da lei.

64

A Lei Ordinária Federal nº 1.060/50 dispõe que a assistência judiciária aos necessitados:

- (A) engloba as taxas judiciárias, os selos, os emolumentos e custas devidos aos Juízes e serventuários da justiça, excluídos os devidos a órgãos do Ministério Público;
- (B) compreende as despesas com a realização do exame de código genético – DNA que for requisitado pela autoridade judiciária nas ações de investigação de paternidade ou maternidade;
- (C) abrange os depósitos previstos em lei para interposição de recurso, ajuizamento de ação e demais atos processuais inerentes ao exercício da ampla defesa, excluídos os honorários dos peritos;
- (D) inclui os honorários advocatícios e as custas processuais, excluídas as despesas com as publicações indispensáveis no jornal encarregado da divulgação dos atos oficiais;
- (E) abarca os honorários advocatícios, as custas processuais, as taxas e selos judiciários e, quando o beneficiário da assistência for vencedor na causa, metade de tais valores será paga pelo vencido.

Geografia e História de Rondônia

65

“Há sinais desse movimento desde a época do descobrimento, mas foi no governo de Getúlio Vargas (1930/1945) que a colonização da floresta passou a ser vista como estratégica para os interesses nacionais. Era a época da Marcha para o Oeste.

(...) Durante a ditadura militar, a política para a Amazônia ficou conhecida pelo lema ‘Integrar para não Entregar’.”

(Peixoto, Fabrícia. *Linha do tempo: Entenda como ocorreu a ocupação da Amazônia*. Disponível em www.bbc.co.uk)

A ocupação da Amazônia ganhou fôlego no século XX, como mostra o trecho da reportagem acima. Sobre as consequências dessa ocupação, pode-se destacar:

- (A) o desenvolvimento econômico baseado nos princípios da sustentabilidade, que garantiu a preservação da floresta;
- (B) a demarcação das terras dos grupos indígenas que viviam na região, evitando conflitos por terras;
- (C) a forte deterioração do bioma da região norte, como consequência da exploração desenfreada da região;
- (D) a adoção de um padrão de transportes ferroviário, distinto do restante do país;
- (E) a abertura das fronteiras à penetração de países vizinhos que exploravam a região.

66

Em 2012, foi comemorado o centenário de inauguração da ferrovia Madeira-Mamoré. Tal construção, vista como difícil e complexa, com tentativas fracassadas no século XIX, custou a vida de inúmeros operários, e, durante o período da ditadura militar no país, acabou desativada, no governo do presidente Castelo Branco, em 1966. A justificativa para tal medida foi:

- (A) a preservação ambiental local através do fim das atividades econômicas na região;
- (B) o incremento do transporte fluvial, aproveitando o potencial dos rios da região;
- (C) o redirecionamento dos investimentos para o transporte aéreo com a construção de vários aeroportos;
- (D) o incentivo ao transporte rodoviário com a construção de estradas na região;
- (E) o afastamento do capital estrangeiro da estrutura de transporte da região norte.

67

A região Norte, em especial o Vale do Madeira, teve a sua economia baseada no extrativismo e, como decorrência da sua formação social, o trabalho indígena, escravo ou não, foi largamente utilizado. No entanto, no início do século XX, ocorreu uma alteração nesse quadro relativo à mão de obra, com a não utilização de indígenas.

O fator que justificou tal alteração foi:

- (A) o fim da escravidão no Brasil no final do século XIX, atraindo a mão de obra imigrante para a região;
- (B) a política oficial dos governos republicanos de forçar a migração do sul para o norte do país;
- (C) a seca prolongada no nordeste, que forçou a migração deste contingente populacional para a região norte;
- (D) a decadência do café do Vale do Paraíba levando a população camponesa dessa área para o norte do país;
- (E) os investimentos do capital japonês na borracha da região norte, trazendo a mão de obra oriental para o Brasil.

68

“A permanência do Presidente da República em Porto Velho serviu para assentar as bases da criação de um Território Federal nas áreas dos municípios de Porto Velho e Guajará-Mirim...”

(PINTO, Emanuel Pontes. *Território Federal do Guaporé*. Viçosa, 2003)

A criação do Território do Guaporé foi motivada pela:

- (A) política industrializante voltada à região amazônica;
- (B) pressão política das oligarquias rurais de Porto Velho;
- (C) possibilidade de aumento da produção de borracha;
- (D) necessidade de proteção das fronteiras brasileiras;
- (E) descentralização do poder político nacional.

69

“Rondônia passou (...) a representar novamente uma fronteira de expansão da produção de soja, e os atores econômicos devem dar o devido destaque para esse espaço juntamente com o Estado do Mato Grosso.”

(EGLER, Claudio. A Pré-Amazônia Mato-Grossense no Contexto Nacional e Sul Americano. In: *Expansão da Soja na Pré-Amazônia Mato-Grossense: Impactos Socioambientais*. Cuiabá-MT: Entrelinhas: EdUFMT, p. 15-34, 2007)

A expansão da produção de soja no Estado de Rondônia ocorreu, principalmente:

- (A) na porção norte do território, em razão da presença da hidrovia do Madeira;
- (B) na porção oeste do território, pela facilidade de escoamento da produção pela Bolívia;
- (C) na porção central do território, onde houve fixação de muitos migrantes nordestinos;
- (D) na porção sudeste do estado, em razão da política territorial dos Eixos Nacionais de Integração;
- (E) na porção sul do estado, pela proximidade com a capital, que polarizou o poder político do estado.

70

A respeito da geodiversidade do relevo do Estado de Rondônia, considere as seguintes afirmativas:

I - No Estado de Rondônia, destacam-se os principais padrões geomorfológicos: planícies de inundação, baixadas fluvio-lacustres e terraços fluviais das várzeas dos rios Madeira-Mamoré-Guaporé; superfícies aplainadas sobre o embasamento pré-cambriano; planaltos e serras decorrentes de dobramentos modernos.

II - As maiores elevações encontram-se nas Serras dos Pacaás Novos e Parecis, atingindo altitudes superiores a 1000 metros acima do nível do mar.

III - Na faixa sudoeste do estado, na fronteira com a Bolívia, ocorre uma vasta bacia sedimentar quaternária que se espalha pelo território boliviano, denominada Depressão do Guaporé.

Está correto o que se afirma em:

- (A) somente I;
- (B) somente II;
- (C) somente III;
- (D) somente II e III;
- (E) I, II e III.

Redação

Uma vez mais a discussão sobre justiça/injustiça da pena de morte volta à tona em razão de ela ter sido aplicada, na Indonésia, a dois brasileiros condenados por tráfico de drogas. As posições dos brasileiros sobre o fuzilamento variam bastante, havendo opiniões numerosas de apoio ao governo da Indonésia e outras de condenação pelo “barbarismo” do processo.

Nesse caso particular, qual a sua opinião sobre esse tipo de pena?

Apresente sua posição, defendendo-a com argumentos convincentes, em um texto, com número mínimo de 20 (vinte) linhas e máximo de 30 (trinta) linhas.

Realização

